

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45
--	----

Motivos de Reapresentação	46
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	242.629
Preferenciais	0
Total	242.629
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	945.030	812.520
1.01	Ativo Circulante	55.499	18.658
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.751	8.052
1.01.03	Contas a Receber	5.212	6.091
1.01.03.01	Clientes	5.162	5.641
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	50	450
1.01.03.02.01	Contas a Receber Partes Relacionadas	50	450
1.01.04	Estoques	10	888
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.502	1.868
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.502	1.868
1.01.07	Despesas Antecipadas	807	874
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	217	885
1.01.08.03	Outros	217	885
1.02	Ativo Não Circulante	889.531	793.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	47.183	37.954
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.199	8.251
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	9.199	8.251
1.02.01.06	Tributos Diferidos	18.894	12.715
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.894	12.715
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.090	16.988
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	19.090	16.988
1.02.03	Imobilizado	1.440	1.389
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.440	1.389
1.02.04	Intangível	834.532	747.252
1.02.04.01	Intangíveis	834.532	747.252
1.02.05	Diferido	6.376	7.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	945.030	812.520
2.01	Passivo Circulante	87.223	103.971
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.258	2.943
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.258	2.943
2.01.02	Fornecedores	14.879	21.226
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.879	21.226
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.040	2.524
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.232	1.428
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	808	1.096
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.767	34.029
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.695	18.030
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.695	18.030
2.01.04.02	Debêntures	17.072	15.999
2.01.05	Outras Obrigações	30.279	38.165
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	21.370	31.934
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.005	14.779
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	19.365	17.155
2.01.05.02	Outros	8.909	6.231
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.288	5.730
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	232	224
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	389	277
2.01.06	Provisões	0	5.084
2.01.06.02	Outras Provisões	0	5.084
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovia	0	5.084
2.02	Passivo Não Circulante	641.730	480.163
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	426.014	285.711
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	316.016	285.878
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	316.016	285.878
2.02.01.02	Debêntures	109.998	-167
2.02.02	Outras Obrigações	176.141	160.075
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	176.141	160.075
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	176.141	160.075
2.02.04	Provisões	39.575	34.377
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	460	364
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	127	75
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	333	289
2.02.04.02	Outras Provisões	39.115	34.013
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	34.605	34.013
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	4.510	0
2.03	Patrimônio Líquido	216.077	228.386
2.03.01	Capital Social Realizado	247.818	247.818
2.03.04	Reservas de Lucros	254	254
2.03.04.01	Reserva Legal	254	254
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-31.995	-19.686

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	76.721	147.329	67.891	123.824
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-73.998	-140.682	-61.597	-110.305
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-22.302	-44.248	-18.194	-36.137
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-51.696	-96.434	-43.403	-74.168
3.03	Resultado Bruto	2.723	6.647	6.294	13.519
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.255	-6.308	-2.802	-5.319
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.255	-6.308	-2.802	-5.319
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.975	-5.796	-2.532	-4.926
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-280	-512	-277	-424
3.04.02.03	Outras receitas operacionais, liquidas	0	0	7	31
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-532	339	3.492	8.200
3.06	Resultado Financeiro	-9.272	-18.827	-7.933	-15.892
3.06.01	Receitas Financeiras	3.463	5.510	1.024	1.795
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.735	-24.337	-8.957	-17.687
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.804	-18.488	-4.441	-7.692
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.309	6.179	1.692	2.696
3.08.02	Diferido	3.309	6.179	1.692	2.696
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.495	-12.309	-2.749	-4.996
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.495	-12.309	-2.749	-4.996
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02677	0,05073	0,01453	-0,02803
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02677	0,05073	0,01453	-0,02803

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.495	-12.309	-2.749	-4.996
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.495	-12.309	-2.749	-4.996

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.853	-6.419
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.628	21.803
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-12.309	-4.996
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	18.707	9.849
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	0	44
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-6.179	-2.696
6.01.01.05	Receitas Com Aplicação Vinculada	-505	-187
6.01.01.06	Juros e Variações Sobre Mútuos	12.647	9.167
6.01.01.07	Despesas de Juros	9.982	6.590
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	0	808
6.01.01.09	Resultado de Reversão de Ajuste a Valor Presente	585	618
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Riscos Cíveis e Trabalhistas	267	66
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovia	-567	2.540
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.775	-28.222
6.01.02.01	Contas a Receber	479	260
6.01.02.02	Estoques	878	-790
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	700	495
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-545	-175
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-2.102	-14.528
6.01.02.06	Outros Creditos	35	0
6.01.02.07	Fornecedores	-2.647	-1.281
6.01.02.08	Transações com Partes Relacionadas	-68	-2.578
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	315	-28
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-265	-185
6.01.02.11	Despesas antecipada sobre mutuos	-912	0
6.01.02.12	Cauções contratuais	225	187
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	112	0
6.01.02.14	Pagamento de juros	-12.217	-8.848
6.01.02.15	Contas a pagar partes relacionadas	0	-391
6.01.02.16	Pagamento riscos cíveis e trabalhistas	-171	-41
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	8	0
6.01.02.18	Outros	0	-319
6.01.02.19	Contas a receber partes relacionadas	400	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-111.496	-70.953
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-331	-314
6.02.02	Adições ao Intangível	-110.633	-70.102
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-702	-2.204
6.02.04	Valor Resgatado de Aplicações Vinculadas	170	1.667
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	143.342	95.519
6.03.01	Captações	39.515	62.031
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-8.117	-6.512
6.03.03	Aumento de Capital	0	40.000
6.03.05	Emissao de Debentures	106.813	0
6.03.06	Captação de empréstimos empresas ligadas	33.000	0
6.03.07	Pagamento de principal - empresas ligadas	-25.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.03.08	Pagamento de juros s/ capital proprio	-2.869	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	38.699	18.147
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.052	34.882
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.751	53.029

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.818	0	254	-19.686	0	228.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.818	0	254	-19.686	0	228.386
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.309	0	-12.309
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.309	0	-12.309
5.07	Saldos Finais	247.818	0	254	-31.995	0	216.077

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	167.818	0	254	-11.536	0	156.536
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	167.818	0	254	-11.536	0	156.536
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.000	0	0	0	0	40.000
5.04.01	Aumentos de Capital	40.000	0	0	0	0	40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.996	0	-4.996
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.996	0	-4.996
5.07	Saldos Finais	207.818	0	254	-16.532	0	191.540

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	152.154	128.532
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.587	54.336
7.01.02	Outras Receitas	96.567	74.196
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	96.434	74.168
7.01.02.02	Outras Receitas	133	28
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-119.780	-98.992
7.02.04	Outros	-119.780	-98.992
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-18.783	-17.621
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-96.434	-74.168
7.02.04.03	Custo da Concessão	-2.823	-2.570
7.02.04.04	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovia	567	-2.540
7.02.04.05	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-1.065	-923
7.02.04.06	Outros	-1.242	-1.170
7.03	Valor Adicionado Bruto	32.374	29.540
7.04	Retenções	-18.707	-9.849
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.707	-9.849
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.667	19.691
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.022	4.228
7.06.02	Receitas Financeiras	5.510	1.795
7.06.03	Outros	8.512	2.433
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	27.689	23.919
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	27.689	23.919
7.08.01	Pessoal	6.764	5.336
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.879	4.048
7.08.01.02	Benefícios	1.506	1.006
7.08.01.03	F.G.T.S.	379	282
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-94	2.994
7.08.02.01	Federais	-2.887	273
7.08.02.03	Municipais	2.793	2.721
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.146	11.418
7.08.03.01	Juros	9.982	7.398
7.08.03.02	Aluguéis	479	462
7.08.03.03	Outras	9.685	3.558
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	2.631	2.433
7.08.03.03.02	Outras	1.708	1.125
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debentures	5.346	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.309	-4.996
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.309	-4.996
7.08.05	Outros	13.182	9.167
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	12.647	9.167
7.08.05.02	Juros Capitalizados	535	0



Rio Negro, 05 de agosto de 2015 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2015 (2T15), período encerrado em 30 de junho de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 2T15 foi de 6.656 mil veículos, 5,6% abaixo do realizado no mesmo período em 2014 (7.047 mil). Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou redução de 3,5%. Essa redução se deve a nova lei dos caminhoneiros que isenta os eixos suspensos do pagamento de pedágio e a desaceleração da economia do país registrada no exercício.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 1,9% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 26,7 milhões no 2T14 para R\$ 27,3 milhões no 2T15. Esse incremento na receita de pedágio se deve principalmente ao aumento da tarifa ocorrido em 19 de dezembro de 2014. Na comparação com o 1T15 houve redução de 3,5% refletindo o menor tráfego em decorrência da isenção dos eixos suspensos determinada pela lei dos caminhoneiros.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 51,7 milhões no 2T15, sendo R\$ 8,3 milhões maior que o 2T14. Esse aumento é resultado da intensificação de obras de pavimento, duplicação de pistas, execução de trevos, melhorias de acessos entre outras conforme cronograma de obras e contrato de concessão. Na comparação com o 1T15 houve aumento de R\$ 6,9 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 2T15 registraram aumento de R\$ 1,2 milhões se comparados ao 2T14. Esse aumento se deve principalmente a custos maiores com conservação de pavimento e conservação e limpeza da faixa de domínio em decorrência de reajustes contratuais. Na comparação com 1T15 houve aumento de R\$ 158 mil. Esse aumento se deve principalmente ao dissídio salarial ocorrido em abril de 2015.
- As despesas administrativas no 2T15 apresentaram acréscimo de R\$ 428 mil em relação ao 2T14 devido principalmente ao dissídio salarial. Em relação ao 1T15 houve aumento de R\$ 152 mil.



- De acordo com ICPC01 no 2T15 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 51,7 milhões, representando aumento de 19,1% se comparado com o 2T14. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- No exercício de 2015 a Empresa realizou a reversão da provisão de manutenção resultando numa reversão de R\$ 368 mil no 2T15, e no 1T15 a reversão foi de R\$199 mil. Essas reversões se devem a reprogramação no cronograma de obras do contrato de concessão que postergou algumas intervenções resultando na reversão da provisão de manutenção.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 2T15 e 2T14 respectivamente em R\$ 9 milhões e R\$ 8,5 milhões, representando aumento de 6% influenciado principalmente pelo incremento da receita de pedágio e menor provisão para manutenção. Em comparação com o 1T15, o EBITDA do 2T15 reduziu R\$ 1 milhão devido principalmente receitas menores em decorrência da nova lei dos caminhoneiros que entrou em vigor a partir de abril de 2015.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 2T15 R\$ 1,1 milhões menor em relação ao 2T14 refletindo o aumento dos custos operacionais conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 1T15 registramos redução de R\$ 1,2 milhão do EBITDA ajustado representando decréscimo de 12,2%. Essa diminuição é reflexo da queda da receita de pedágio isenção dos eixos suspensos conforme mencionado anteriormente.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 2T15 o resultado financeiro apresentou aumento de 16,9%, na comparação com o 2T14. Essa variação negativa se deve ao aumento nas despesas financeiras refletindo as captações de empréstimo de longo prazo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses, segunda emissão de debêntures. A Empresa ainda captou e quitou R\$25 milhões de mútuos com acionista que também influenciou a piora no resultado financeiro do 2T15. Na comparação com o 1T15 houve melhora no resultado financeiro de 3,0% refletindo maior capitalização de juros aos investimentos ocorrida no 2T15.

Prejuízo

- No 2T15 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 6,5 milhões, influenciado principalmente por maiores custos operacionais, aumento da depreciação e despesas financeiras. Em relação ao 1T15 o prejuízo da Empresa foi maior devido a queda na receita de pedágio.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 2T15 com endividamento bruto de terceiros de 462,7 milhões, apresentando um acréscimo de 45,1% em relação ao 1T15. Na comparação com o 2T15 o endividamento aumentou 48,3% refletindo as captações do empréstimo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses e emissão de debêntures ocorrida em abril de 2015. O endividamento líquido no 2T15 foi de R\$ 406,7 milhões ante R\$ 252,9 milhões no 1T15. Essa variação no endividamento líquido é reflexo das captações já mencionadas.



Investimentos

- No 2T15 foram investidos R\$ 110,6 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista dupla;
- (ii) Execução de passarela sobre pista dupla;
- (iii) Ruas laterais;
- (iv) Correção de traçado;
- (v) Adequação de pista central;
- (vi) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR;
- (vii) Pavimento;
- (viii) Sinalização horizontal;
- (ix) Elementos de proteção e segurança;
- (x) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (xi) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção.



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Planalto Sul	6.656	6.894	7.047	-3,5%	-5,6%	13.550	14.293	-5,2%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	79.096	73.058	70.212	8,3%	12,7%	152.154	128.532	18,4%
Receitas de pedágio	27.304	28.283	26.791	-3,5%	1,9%	55.587	54.336	2,3%
Receitas de obras	51.696	44.738	43.403	15,6%	19,1%	96.434	74.168	30,0%
Receitas acessórias	96	37	18	159,5%	433,3%	133	28	375,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.375)	(2.450)	(2.321)	-3,1%	2,3%	(4.825)	(4.708)	2,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	76.721	70.608	67.891	8,7%	13,0%	147.329	123.824	19,0%
CUSTOS E DESPESAS	(67.715)	(60.568)	(59.391)	11,8%	14,0%	(128.283)	(105.775)	21,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.343)	(13.185)	(12.102)	1,2%	10,3%	(26.528)	(24.137)	9,9%
Custo dos serv. de construção	(51.696)	(44.738)	(43.403)	15,6%	19,1%	(96.434)	(74.168)	30,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.764)	(2.612)	(2.336)	5,8%	18,3%	(5.376)	(4.537)	18,5%
Remuneração da administração	(280)	(232)	(277)	20,7%	1,1%	(512)	(424)	20,8%
Provisão para manutenção em rodovias	368	199	(1.280)	84,9%	-128,8%	567	(2.540)	-122,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	7	-	-	-	31	-
EBITDA	9.006	10.040	8.500	-10,3%	6,0%	19.046	18.049	5,5%
Margem EBITDA	11,7%	14,2%	12,5%			12,9%	14,6%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(9.538)	(9.169)	(5.008)	4,0%	90,5%	(18.707)	(9.849)	89,9%
Depreciação de imobilizado	(74)	(70)	(65)	5,7%	13,8%	(144)	(126)	14,3%
Amortização do intangível	(9.018)	(8.654)	(4.497)	4,2%	100,5%	(17.672)	(8.831)	100,1%
Amortização do diferido	(446)	(445)	(446)	0,2%	0,0%	(891)	(892)	-0,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(9.272)	(9.555)	(7.933)	-3,0%	16,9%	(18.827)	(15.892)	18,5%
Receitas financeiras	3.463	2.047	1.024	69,2%	238,2%	5.510	1.795	207,0%
Despesas financeiras	(12.735)	(11.602)	(8.957)	9,8%	42,2%	(24.337)	(17.687)	37,6%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(9.804)	(8.684)	(4.441)	12,9%	120,8%	(18.488)	(7.692)	140,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.309	2.870	1.692	15,3%	95,6%	6.179	2.696	129,2%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	3.309	2.870	1.692	15,3%	95,6%	6.179	2.696	129,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(6.495)	(5.814)	(2.749)	11,7%	136,3%	(12.309)	(4.996)	146,4%

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
EBITDA¹	9.006	10.040	8.500	-10,3%	6,0%	19.046	18.049	5,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(368)	(199)	1.280	84,9%	-128,8%	(567)	2.540	-122,3%
EBITDA Ajustado²	8.638	9.841	9.780	-12,2%	-11,7%	18.479	20.589	-10,2%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

*Informações Trimestrais Para o Período
Findo em 30 de Junho de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas S.A.AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A.. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de agosto de 2015.

2. CONCESSÕES

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846 na data-base da concessão. A partir de 30 de junho de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$32.613 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2015, os montantes de R\$358.379 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$261.354 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de junho de 2015 poderão ser alterados em razão de

Notas Explicativas

adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações relativas a: bases de mensuração e reconhecimento; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto mudança de estimativa na determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

Notas Explicativas

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	565	479
Aplicações financeiras (*)	<u>46.186</u>	<u>7.573</u>
Total	<u><u>46.751</u></u>	<u><u>8.052</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	8.120	2.292
Debêntures compromissadas	2.071	370
Fundos de investimentos	<u>35.995</u>	<u>4.911</u>
Total	<u><u>46.186</u></u>	<u><u>7.573</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,72% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas S.A.**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	4.744	5.307
Cartões de pedágio a receber	339	275
Receitas acessórias a receber	79	59
Total	<u>5.162</u>	<u>5.641</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	43.677	25.844
Provisão de participação nos lucros	627	1.095
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	460	364
Provisão para manutenção	34.605	34.013
Ajuste dos encargos financeiros	584	1.159
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	695	-
Estorno de capitalização de juros	66	66
Base de cálculo	<u>55.571</u>	<u>37.398</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>18.894</u>	<u>12.715</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo

Notas Explicativas

residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016 (após junho)	537
2017	1.075
2018	1.075
2019	1.075
A partir de 2020	15.132
	<u>18.894</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2015 o saldo é de R\$9.199 e em 31 de dezembro de 2014 de R\$8.251, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 98,82% da variação do CDI.

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2014	678	394	183	364	786	2.405
Adições	5	11	-	20	159	195
Saldo em 30.06.2015	<u>683</u>	<u>405</u>	<u>183</u>	<u>384</u>	<u>945</u>	<u>2.600</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(276)	(264)	(129)	(102)	(245)	(1.016)
Depreciações	(31)	(31)	(18)	(20)	(44)	(144)
Saldo em 30.06.2015	<u>(307)</u>	<u>(295)</u>	<u>(147)</u>	<u>(122)</u>	<u>(289)</u>	<u>(1.160)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	402	130	54	262	541	1.389
Saldo em 30.06.2015	376	110	36	262	656	1.440
Taxas de depreciação - %	10%	20%	20%	10%	10%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	648.839	792	154.947	27	804.605
Adições	598	-	104.340	14	104.952
Transferências / Reclassificações	69.342	-	(69.303)	(39)	-
Saldo em 30.06.2015	<u>718.779</u>	<u>792</u>	<u>189.984</u>	<u>2</u>	<u>909.557</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(56.903)	(450)	-	-	(57.353)
Amortizações	(17.629)	(43)	-	-	(17.672)
Saldo em 30.06.2015	<u>(74.532)</u>	<u>(493)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(75.025)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	591.936	342	154.947	27	747.252
Saldo em 30.06.2015	644.247	299	189.984	2	834.532
Taxas de amortização - %	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(11.456)</u>	<u>(10.565)</u>
	<u>6.376</u>	<u>7.267</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dezembro/2025	19.695	18.030
			<u>19.695</u>	<u>18.030</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dezembro/2025	278.724	285.878
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,62% a.a.	março/2027	25.957	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	IPCA + 8,99% a.a.	janeiro/2027	11.335	-
			<u>316.016</u>	<u>285.878</u>
Total			<u>335.711</u>	<u>303.908</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Notas Explicativas

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 30 de junho de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após junho)	10.934
2017	23.371
2018	25.384
2019	27.569
A partir de 2020	<u>228.758</u>
	<u><u>316.016</u></u>

Em 30 de junho de 2015 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	30.06.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	julho/2015	17.072	-	16.011	-
2ª emissão (b)	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dezembro/2025	-	111.096	-	-
	<u>11.390</u>			<u>17.072</u>	<u>111.096</u>	<u>16.011</u>	<u>-</u>
Custo de transação				-	(1.098)	(12)	(167)
Total				<u>17.072</u>	<u>109.998</u>	<u>15.999</u>	<u>(167)</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures de 4 de outubro de 2013 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma.
- (b) 2ª emissão de debêntures de 15 de dezembro de 2014 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	04.10.2013	13.900	08.10.2013	13.900
2ª emissão	15.12.2014	100.000	08.04.2015	100.000
		<u>113.900</u>		<u>113.900</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga anualmente nos dias 15 de dezembro, a partir de 2016 até a data de seu vencimento. O principal será pago anualmente no dia 15 de dezembro a partir de 2019 até a data de seu vencimento conforme o cronograma de amortização constante da Escritura de Emissão.

Em 30 de junho de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	968
A partir de 2020	<u>109.030</u>
	<u>109.998</u>

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Controladora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Controladora se obriga a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

Notas Explicativas

6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

14. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2015, o saldo de R\$14.879 (R\$21.226 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber:		
Autopista Litoral Sul S.A. (a)	50	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (c)	-	450
Total	50	450
 <u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S/A (e)	19.070	16.823
Contas a pagar:		
Arteris S/A (a)	295	332
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (b)	2.005	12.254
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (b)	-	2.521
Autopista Régis Bittencourt S.A. (a)	-	4
Total	21.370	31.934
 <u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mutuos Arteris S.A. (e)	167.867	160.075
Debêntures:		
Debentures Arteris S.A. (d)	8.274	-
Total	176.141	160.075

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	(7.014)	-	-	(4.730)	-
Latina Manutenção de Rodovias	(385)	-	-	(417)	-	-
Centrovias Sistemas Rodoviaros S/A	-	-	-	-	-	-
Intervias	-	-	(1)	-	-	-
Autopista Régis Bittencourt S.A.	-	-	-	-	-	(7)
Total	(385)	(7.014)	(1)	(417)	(4.730)	(7)

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	SEMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeira (d)/(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeira (e)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	(13.182)	-	-	(9.167)	-
Latina Manutenção de Rodovias	(766)	-	-	(833)	-	-
Centrovias Sistemas Rodoviaros	-	-	(3)	-	-	-
Intervias	-	-	(1)	-	-	-
Autopista Régis Bittencourt S.A.	-	-	-	-	-	(15)
Total	(766)	(13.182)	(4)	(833)	(9.167)	(15)

- (a) Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Decorrentes da 3ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread de 1,4% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.06.2015	31.12.2014
30.03.2015	24.03.2017	CDI + 1,40% a.a.	8.000	274	-
			8.000	274	-

- (e) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.06.2015	31.12.2014
29.09.2008	agosto/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.933	5.209
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	9.641	8.464
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	11.865	10.417
28.01.2013	janeiro/2017	CDI + 1,7% a.a.	25.000	6.571	4.847
19.04.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	35.000	8.498	6.123
27.09.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	3.988	2.678
30.12.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	3.441	2.160
			<u>137.000</u>	<u>49.937</u>	<u>39.898</u>

Em 20 de abril de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 20 de março de 2015, sendo o valor de R\$5.000 correspondente ao principal e R\$39 referente a juros.

Em 26 de maio de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 26 de janeiro de 2015, sendo o valor de R\$13.000 correspondente ao principal e R\$438 referente a juros.

Em 19 de maio de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 19 de fevereiro de 2015, sendo o valor de R\$15.000 correspondente ao principal e R\$374 referente a juros.

No decorrer do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$280 e R\$512 respectivamente e (R\$277 e R\$424 respectivamente em 30 de junho de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$ 627 e R\$1.095.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.06.2015</u>
Cíveis	289	88	(1)	(43)	333
Trabalhistas	75	185	(5)	(128)	127
Total	<u>364</u>	<u>273</u>	<u>(6)</u>	<u>(171)</u>	<u>460</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$59 e R\$0, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2015, e R\$1 e R\$15, respectivamente em 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$19.090 em 30 de junho de 2015 e R\$16.988 em 31 de dezembro de 2014 classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2014	5.084	34.013	-
Adições/Reversões	-	(567)	-
Utilizações	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.159	(574)
Transferências	(5.084)	-	5.084
Saldo em 30.06.2015	-	34.605	4.510

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$247.818. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2015 estão demonstradas a seguir:

	30.06.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	242.629.494	242.629.494	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	27.304	55.587	26.791	54.336
Receita de serviços de construção	51.696	96.434	43.403	74.168
Outras receitas	96	133	18	28
	<u>79.096</u>	<u>152.154</u>	<u>70.212</u>	<u>128.532</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	79.096	152.154	70.212	128.532
ISSQN	(1.370)	(2.785)	(1.341)	(2.719)
PIS	(178)	(362)	(175)	(355)
COFINS	(827)	(1.678)	(805)	(1.634)
Receita líquida	<u>76.721</u>	<u>147.329</u>	<u>67.891</u>	<u>123.824</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas:				
Com pessoal	(1.505)	(2.802)	(877)	(2.228)
Serviços de terceiros	(465)	(835)	(335)	(623)
Manutenção de bens e conservação	(13)	(27)	(34)	(65)
Depreciação / Amortização	(211)	(420)	(196)	(389)
Contingências	(121)	(267)	(363)	(66)
Despesas de aluguel	-	-	-	-
Seguros/Garantias	(1)	(1)	(2)	(8)
Consumo	(143)	(276)	(105)	(264)
Transportes	(68)	(127)	(63)	(112)
Outros	(448)	(1.041)	(557)	(1.171)
Total	<u>(2.975)</u>	<u>(5.796)</u>	<u>(2.532)</u>	<u>(4.926)</u>

Notas Explicativas

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos:				
Custos de serviços da Construção	(51.696)	(96.434)	(43.403)	(74.168)
Com pessoal	(2.822)	(4.644)	(1.856)	(3.664)
Serviços de terceiros	(4.617)	(9.701)	(4.938)	(9.869)
Conservação	(2.926)	(6.474)	(3.122)	(6.233)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(377)	(565)	(151)	(262)
Consumo	(590)	(1.153)	(426)	(828)
Transportes	(517)	(981)	(313)	(565)
Verba de Fiscalização (Federais)	(696)	(1.392)	(654)	(1.301)
Seguros / Garantias	(525)	(1.050)	(376)	(909)
Provisão de manutenção em rodovias	368	567	(1.280)	(2.540)
Depreciação / Amortização	(9.327)	(18.287)	(4.812)	(9.460)
Outros	(273)	(568)	(266)	(506)
Total	(73.998)	(140.682)	(61.597)	(110.305)

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Juros ativos	1.100	2.100	-	-
Aplicações financeiras	2.358	2.758	736	1.493
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	643	-	-
Outras receitas	5	9	288	302
Total	3.463	5.510	1.024	1.795

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(12.083)	(22.629)	(8.373)	(16.523)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(462)	(1.228)	(311)	(618)
Outras despesas	(190)	(480)	(273)	(546)
Total	(12.735)	(24.337)	(8.957)	(17.687)

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2015</u>	<u>30.06.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(14.329)	4.017
Juros capitalizados	8.512	2.433

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>30.06.2015</u>		<u>30.06.2014</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.804)	(18.488)	(4.441)	(7.692)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	3.333	6.286	1.510	2.615
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(24)	(107)	182	81
Despesa contabilizada	<u>3.309</u>	<u>6.179</u>	<u>1.692</u>	<u>2.696</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	-	-	-
Diferido	3.309	6.179	1.692	2.696

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do exercício	(6.495)	(12.309)	(2.749)	(4.996)
Número de ações durante o ano	<u>242.629</u>	<u>242.629</u>	<u>189.216</u>	<u>178.244</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,02677)</u>	<u>(0,05073)</u>	<u>(0,01453)</u>	<u>(0,02803)</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	565	479
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	46.186	7.573
Aplicações financeiras	Nível 2	9.199	8.251
Partes relacionadas	Nível 1	50	450
Contas a receber clientes	Nível 1	5.162	5.641
Outras contas a receber	Nível 1	217	252

Passivos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 1	23.167	26.956
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	335.711	303.908
Debêntures	Nível 2	127.070	15.832
Partes relacionadas	Nível 1	197.511	192.009
Taxa de fiscalização	Nível 1	232	224
Outras contas a pagar	Nível 1	389	277

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Notas Explicativas

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,93%	14,91%	17,90%	8,95%
Juros a incorrer (*)	(12.446)	(15.102)	(17.729)	(10.703)
Receita de aplicações financeiras	3.463	4.329	5.195	2.597
TJLP	6,50%	8,13%	9,75%	4,88%
Juros a incorrer (*)	(27.777)	(28.211)	(28.661)	(34.439)
IPCA	5,37%	6,71%	8,06%	4,03%
Juros a incorrer (*)	(14.381)	(15.918)	(17.456)	(12.845)
Juros a incorrer líquido(*)	(51.141)	(54.902)	(58.651)	(55.390)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$4.744 (R\$5.307 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Debêntures - CDI	11,19%	17.171	-	-	-	-	17.171
Debêntures - IPCA	16,61%	-	-	-	-	106.813	106.813
BNDES Automático	8,58%	20.544	44.738	44.716	53.731	400.419	564.148
Total		<u>37.715</u>	<u>44.738</u>	<u>44.716</u>	<u>53.731</u>	<u>507.232</u>	<u>688.132</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	53.951

(*) Por sinistro

27. EVENTO SUBSEQUENTE

A Sociedade em 06 de julho de 2015 conforme previsto em contrato, amortizou o montante de R\$17.111 referente a remuneração das debêntures da 1ª emissão juntamente com o principal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 6 de agosto de 2014.

Campinas, 05 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2015 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Rio Negro, 05 de agosto de 2015

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Rio Negro, 05 de agosto de 2015

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Substituição do arquivo
3	Correção do comentário do desempenho